Os cinco pontos dos governadores

por Getulio Bittencourt de Brasília

O pacto nacional com que o presidente José Sarney espera conduzir o País até a Assembléia Nacional Constituinte emergiu ontem com cinco pontos essenciais, após as 8 horas e 45 minutos de sua reunião com os 27 governadores de estados e territórios. Apenas o governador fluminense, Leonel Brizola, produziu uma nota pessoal e dissonante.

A nota assinada pelos 26 governadores, inspirada pelo governador paulista Franco Montoro, afirma que "é indispensável a união das forças representativas de nossa população, num acordo nacional, para assegurar medidas fundamentais ao futuro do País". Em seguida os signatários manifestam "solidariedade à atuação do presidente José Sarney", especialmente na execução de cinco temas:

1) Eleições diretas em to-



José Sarney

dos os níveis e convocação da Constituinte.

2) Negociação da dívida externa em termos que não impliquem o "sacrifício do crescimento econômico e da soberania nacional".

 Política econômica de combate à inflação e prioridade social.

4) Reforma agrária no figurino do Estatuto da Terra.

5) Reforma tributária a favor dos estados e municípios.

A nota pessoal do governador Brizola tem sete pontos e destaca-se mais pelas críticas que faz à Aliança Democrática do que pelo suporte oferecido ao presidente Sarney. No fim da reunião, ele disse ao editor Walter Marques que a eleição presidencial direta deveria ser convocada em 1986, junto com a Constituinte. Outros três governadores, ouvidos pelo repórter Márcio Chaer, entendem, porém, que a intensidade dos debates produzidos pelas eleições nas capitais neste ano prova que a sucessão presidencial deve ficar mesmo para 1988.

nadores, "com a liderança que exercem sobre o povo brasileiro, podem obter a participação de todos neste compromisso com a paz e com o futuro".

Depois de Sarney, falaram os ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad. O texto de Dornelles expõe as dificuldades econômico-financeiras do governo, com seu déficit de Cr\$ 104 trilhões no orçamento deste ano. Há alguns pontos em que o ministro altera com sutileza suas posições anteriores. "Ainda que não existisse o Fundo Monetário Internacional", diz ele, "seria objetivo do governo reduzir a inflação, sanear as finanças públicas, restabelecer o equilíbrio do setor externo e recuperar a credibilidade internacional do País".

Dornelles acrescenta desta vez que o "essencial, contudo, é condicionar o programa de ajustamento com o FMI à realidade econômica e social do País". O discurso do ministro Sayad, talvez pela cautela de evitar comparações com o texto do ministro da Fazenda, não foi distribuído. Os governadores disseram que Sayad fez digressões sobre a política de investimentos governamentais, ressaltando a prioridade social da Nova República.

(Ver páginas 6 e 7)

O presidente abriu o encontro no Palácio da Alvorada com um discurso sucinto, onde recordou que "quando, ao lado do nosso líder Tancredo Neves, fomos para a disputa no Colégio Eleitoral, sabiamos que era absolutamente necessário um pacto político e social durante a transição institucional". Depois de observar que está na hora de implementar esses convénios, disse que os gover-